



SINDICATO DOS AGENTES  
PENITENCIÁRIOS DO PARANÁ

## PLENÁRIAS REGIONAIS REÚNEM AGENTES PARA DEBATER PAUTA UNIFICADA

Debater diretamente com a categoria as principais bandeiras de luta do Sindicato. Com esse objetivo, a diretoria do SINDARSPEN tem percorrido o Paraná em plenárias regionais, discutindo com os agentes as ações para promoção e progressão, plano de carreira, aposentadoria especial, saúde do servidor, execução de sentenças judiciais e a data-base.

O formato dessa atividade tem agradado os agentes. André Pereira, da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, ressaltou durante o evento a importância da participação da base nesse processo. “A disputa é entre nós e o governo, independente de qual gestão do Sindicato ou de qual governo. Nós, os agentes, somos uma coisa só. Não existe Sindicato sem a categoria. Os diretores do Sindicato só



FOZ DO IGUAÇU. Mais de 80 agentes participaram da atividade

organizam as coisas, mas a luta quem tem que fazer somos nós, todo mundo”

“Muitas vezes, temos reclamações pra fazer e sugestões pra dar pra ajudar na luta do Sindicato, mas a gente acaba conversando entre nós, dentro da unidade. Uma plenária dessa permite que a gente venha e exponha diretamente o que pensamos, como deve seguir o trabalho. Achei essa reunião aqui muito importante”, opinou Anderson Amaral, da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu I.

“Quando vamos unidos para o embate com o governo, temos muito mais poder de negociação. Essas plenárias têm sido importantes para unificar nosso pessoal em torno de uma pauta comum, de interesse de todos os agentes”, explica a presidente do Sindicato, Petruska Sviercoski.

### Direito de voz



**“MUITAS VEZES, TEMOS RECLAMAÇÕES PRA FAZER E SUGESTÕES PRA DAR PRA AJUDAR NA LUTA DO SINDICATO, MAS A GENTE ACABA CONVERSANDO ENTRE NÓS, DENTRO DA UNIDADE. UMA PLENÁRIA DESSA PERMITE QUE A GENTE VENHA E EXPONHA DIRETAMENTE O QUE PENSAMOS, COMO DEVE SEGUIR O TRABALHO. ACHEI ESSA REUNIÃO AQUI MUITO IMPORTANTE”.**

ANDERSON AMARAL. PEF I

## CALENDÁRIO DAS PLENÁRIAS REGIONAIS

| DATAS SUJEITAS A ALTERAÇÃO |



CURITIBA



CASCADEL



PONTA GROSSA



FOZ DO IGUAÇU



GUARAPUAVA



FRANCISCO BELTRÃO



LONDRINA



CRUZEIRO DO OESTE



MARINGÁ

# AGENTES PENITENCIÁRIOS NÃO VÃO ACEITAR CALOTE DO GOVERNO

CATEGORIA NÃO DESCARTA A POSSIBILIDADE DE PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES



O governo do Paraná tem enviado para a Assembleia Legislativa uma série de projetos de lei de ajuste fiscal para aumentar a arrecadação estadual e os recursos do Executivo. O pacote, que tem, entre outras coisas, a venda das ações da Copel e Sanepar, não deixa os servidores públicos de fora. A alegação do Executivo é de que não tem dinheiro para honrar com a data-base dos trabalhadores.

A ideia do governo é romper com o que foi acordado no ano passado com os servidores, de que as perdas inflacionárias de 2016 seriam pagas em janeiro de 2017, quando os trabalhadores também deveriam ganhar um adicional de 1%. O acordo também prevê que em 2017 a data-base volte para maio, quando deverá ser paga a reposição retroativa de janeiro a maio.

Os agentes penitenciários já fizeram duas grandes mobilizações no Centro Cívico

em Curitiba em junho e julho para protestar contra as intenções do governo. E, nas plenárias regionais realizadas pelo SINDARSPEN, a categoria tem enfatizado que não vai aceitar a perda de direitos. "Se o Poder Executivo seguir sem respeitar nossos direitos e deixar de cumprir o acordo feito, não descartamos a possibilidade de uma paralisação no sistema penitenciário", enfatiza a presidente do Sindicato, Petruska Sviercoski.

## PROJETO DE TERCEIRIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO SEGUE EM CAIXA PRETA

Reportagens na imprensa abordam desde junho os planos do governo do Paraná em terceirizar o sistema penitenciário no estado. Em matéria na Gazeta do Povo, em 01/08/2016, o diretor do Departamento Penitenciário, Luiz Alberto Cartaxo, chegou a apresentar números que justificariam a ideia da privatização, de que o preso tem um custo muito elevado aos cofres públicos paranaenses, chegando

a mais de R\$ 3.000,00 por mês. No entanto, os dados apresentados pelo governo à imprensa não batem com a Lei Orçamentária Anual e, por isso, levantam uma série de questionamentos de quem conhece o sistema. Esse foi o motivo que levou o Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná (COPEP) a convidar o diretor do DEPEN a explicar tais números. Mas Cartaxo encaminhou uma carta, dizendo que a questão era

de gestão e não, de direitos humanos. Representantes do Ministério Público, Assembleia Legislativa e de outras entidades que integram o COPEP manifestaram indignação com a postura. "A privatização no sistema carcerário é objeto de muitos questionamentos por parte de especialistas; até hoje se debate sobre qual o benefício que isso teria para a sociedade. A negativa do DEPEN-PR em esclarecer esses pontos

é algo muito ruim", declarou a promotora pública Ana Paula Pina Gaion, representante do Ministério Público no Conselho. O SINDARSPEN segue pressionando pela transparência e exige que qualquer tentativa de terceirização do sistema penitenciário seja debatida com os trabalhadores.

## EXPEDIENTE

13 DE NOVEMBRO É UM BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DO PARANÁ (SINDARSPEN) | OUTUBRO E NOVEMBRO 2016

Jornalista responsável: Waleiska Fernandes (Mtb 34.862-SF)  
 Redação e edição: Waleiska Fernandes  
 Revisão: José Roberto Neves  
 Fotos: Joka Madruga e Waleiska Fernandes  
 Diagramação e arte final: Mubi Comunicação (www.mobionline.com.br)  
 SINDARSPEN: Avenida Marechal Deodoro, 666, sobreloja, sala 2  
 Curitiba-PR / CEP 80010-010 / Telefone 0800-6451311

DIRETORIA

Presidente: Petruska Sviercoski; Vice-presidente: José Roberto Neves; Diretora Executiva: Vanderleia Leite; Diretor Financeiro: Adilson de Moura; Diretor Financeiro Adjunto: Rodrigo Fontoura; Diretor Jurídico: Ricardo Miranda; Diretor Jurídico Adjunto: Wilson Dornaneshi Junior; Diretor Social: Valdecir Santana; Diretor Social Adjunto: Marcos Cesar de Almeida; Diretor de Esportes: Rodrigo Remes; Diretor de Esportes Adjunto: Valmi Rozendo; Diretora para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas: Dejanira de Fátima; Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas Adjunto: Paulo Afonso Cordova; Diretora para Assuntos da Mulher: Cintia Regina Patrui; Diretora para Assuntos da Mulher Adjunta: Tania de Fátima; Diretor de Formação Sindical: Clayton Auverter; Diretor de Formação Sindical Adjunto: Lucas Savaaris; Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho: Marco Menegildo; Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho Adjunto: Leandro Coutinho; Diretor de Cultura e Eventos: Jonas Beskow; Diretor de Cultura e Eventos Adjunto: Luis Fabiano Ramos; Conselho Fiscal: Luiz Carlos De Lima, Douglas Galdini e Marcelo Augusto Martins (titulares); e Ulisses Lucas Filho, Edson Jankovski e Edevaldo Ramos (suplentes)

# PROMOÇÕES E PROGRESSÕES TERÃO QUE SAIR NEM QUE SEJA NA JUSTIÇA

SINDARSPEN ESTÁ ENTRANDO COM AÇÕES INDIVIDUAIS PARA BUSCAR DIREITOS DOS TRABALHADORES

O SINDARSPEN está coletando a documentação dos agentes penitenciários que vão ingressar com ação na justiça reivindicando que o governo garanta as promoções e progressões a que têm direito. No início de agosto, o Sindicato anunciou que os advogados da entidade fariam ações individuais em favor dos agentes que completaram 10 ou 20 anos de carreira, mas que, mesmo tendo feito os requerimentos administrativos ao DEPEN, ainda não tiveram o direito assegurado.

Para facilitar a juntada dos documentos para as ações, o SINDARSPEN disponibilizou para o Grupo de Recursos Humanos da SESP um profissional exclusivamente para providenciar a cópia da íntegra do processo administrativo de todos os agentes penitenciários que já haviam feito o requerimento da promoção e/ou progressão no RH de sua unidade. Com isso, os agentes não precisam mais fazer as solicitações dessa documentação ao DEPEN, facilitando o processo. "É inaceitável que um agente trabalhe 10 anos esperando por uma promoção e o governo se recuse a pagar sob qualquer alegação. Não estamos medindo esforços para garantir esse direito aos trabalhadores", argumenta a presidente do SINDARSPEN, Petruska Sviercoski. Os advogados do Sindicato já começaram a entrar com as primeiras ações.

Mais informações sobre a questão podem ser obtidas pelo telefone 0800-645-1311

## Promoções abrem caminho para aumento do efetivo



As promoções e progressões também garantem a abertura de vagas na classe de acesso à carreira de agente penitenciário, possibilitando novas contratações. Atualmente, cerca de 1200 pessoas aguardam serem chamadas porque foram aprovadas em concurso público realizado em 2013 e válido até julho de 2017. Enquanto isso, em várias unidades, agentes trabalham por três ou quatro profissionais por causa da falta de efetivo. O déficit no sistema é de mais de 1.600 agentes penitenciários.

SE FOREM PROMOVIDOS TODOS OS AGENTES

QUE JÁ TEM DIREITO AO BENEFÍCIO,

ABRIRÃO 842 NOVAS VAGAS NO SISTEMA.

ATUALMENTE, DOS 4.131 POSTOS DA

CARREIRA, APENAS 3.289 ESTÃO OCUPADOS.



CONTRATAÇÃO. Agentes protestam pelo aumento do efetivo

# ACORDO COM A PGE GARANTE PAGAMENTO RETROATIVO DE PROMOÇÕES E PROGRESSÕES

NEGOCIAÇÕES ESTÃO AGILIZANDO O PAGAMENTO QUE PODERIA DEMORAR ANOS SE SEGUISSE A AÇÃO NA JUSTIÇA

O SINDARSPEN e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) assinaram, em 30/8, a conclusão das negociações do primeiro lote para o pagamento das ações de execução de cobrança de promoções e progressões de agentes penitenciários que ingressaram na carreira antes de 2004. A ação coletiva (nº 515/2007) pedia o pagamento retroativo para quase 800 agentes.

Para facilitar a análise dos documentos, a PGE dividiu a ação em três lotes por critérios de complexidade da documentação. No final de agosto, foi concluído o processo do primeiro lote, com 127 agentes. Pelo acordo, o valor devido será pago em doze parcelas diretamente na folha de pagamento. A negociação já foi homologada pela 2ª Vara de Fazenda Pública e as documentações enviadas para as Secretarias de Administração Pública

(SEAP) e da Fazenda (SEFA) para que os pagamentos sejam iniciados. A Procuradoria trabalha agora nos cálculos do segundo lote, que envolve mais 400 agentes. A previsão é de que assinatura desse acordo aconteça ainda neste ano. Somente após a conclusão das negociações do segundo lote é que o Sindicato terá acesso nomes que constam da lista.



## ACORDO INÉDITO

A negociação realizada entre a PGE e o SINDARSPEN agilizou o pagamento da quantia devida pelo Estado aos agentes, evitando, assim, a demora ainda maior para o recebimento da quantia. Como as execuções haviam sido embargadas para a discussão dos cálculos, o processo poderia se arrastar por anos até o efetivo pagamento aos beneficiários. É a primeira vez que um acordo desse tipo está sendo realizado no Paraná.

### ASSINATURA.

Acordo foi assinado com o Procurador Geral do Estado, Paulo Sérgio Rosso

## ESTUDO INÉDITO SERVIRÁ DE BASE PARA PRESSIONAR PELA APOSENTADORIA ESPECIAL

PESQUISA APONTA QUE OS AGENTES PENITENCIÁRIOS DO PARANÁ ESTÃO DOENTES E ESTRESSADOS

Um estudo inédito encomendado pelo SINDARSPEN levantou o diagnóstico do trabalho na saúde e na qualidade de vida dos agentes penitenciários do Paraná. A pesquisa completa será tema da publicação *Operários do Cárcere*, que será lançada em novembro para marcar o Dia do Agente Penitenciário, 13/11.

Impactos do trabalho na saúde e nas relações sociais dos agentes são alguns

dos temas abordados. O resultado servirá de base para a reivindicação que o SINDARSPEN trava junto ao governo do estado pela aposentadoria especial para a categoria. No final do ano passado, a Secretaria de Administração e Previdência do Paraná (SEAP) criou um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de projeto de lei criando o benefício. A publicação será entregue ao GT. "Com esse estudo temos argumentos técnicos que

não poderão ser ignorados pelo governo. Está claro que os agentes precisam de aposentadoria especial", defende o vice-presidente do SINDARSPEN, José Roberto Neves.

## ATENÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR

A pesquisa também vai auxiliar o Sindicato a pressionar o governo pelo cumprimento da Resolução nº 01/2016, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que criou as diretrizes nacionais para a implantação de programas de atenção à saúde e qualidade de vida dos agentes por parte dos estados. Não existe no Paraná uma ação do estado específica para a saúde ocupacional dos trabalhadores do cárcere.